



ÍNDICE

1.	PROPOSTA (CONCURSO).....	2
2.	AVALIAÇÃO PDM'95.....	4
3.	SEMINÁRIO – SESSÃO PÚBLICA DE REFLEXÃO.....	8
4.	RELATÓRIO METODOLÓGICO	12

Anexo – Apresentação efectuada no Seminário



1. PROPOSTA



[Sendo a natureza e objectivo deste trabalho a *revisão* de um documento estratégico e disciplinador, com uma vigência de aproximadamente 10 anos, entendemos como princípio que se deverá iniciar este trabalho pela análise e balanço da sua aplicação, das suas virtualidades e das suas insuficiências.

Avaliar a realidade pós acção (ou inacção) do Plano é o objectivo. É sobre esta realidade induzida pelo PDM de 95 – que importa reflectir.

Existirá um modelo territorial a tomar como base de trabalho? ou partes desse modelo? Ou existem várias e difusas opções e estratégias urbanas um pouco comprometidas



entre si e que nos levam a pensar que tudo está em aberto, em causa? Que partes queremos ‘guardar’, substituir, interagir e/ou transformar?

Mas por outro lado é pertinente perguntar para que serve um PDM se as ‘realidades emergentes’ por vezes se sobrepõem continuamente e nos conduzem à acção incoerente ou casuística.

O modelo tradicional assente em hierarquias bem definidas e em espaços, problemas, e fronteiras bem determinadas, como os limites administrativos dos concelhos (por exemplo), é agora progressivamente substituído por uma nova sociedade em rede, sem espaço pré-definido, instantânea e global, assente numa tecnologia nova e revolucionária: a Internet.

Da mesma forma a dimensão dos problemas, das necessidades, da capacidade de resposta, já ultrapassaram em muito as fronteiras do concelho, vide o caso da interdependência de muitas resoluções como os transportes, as redes viárias, o emprego, o parque habitacional, o saneamento, o abastecimento de água, a oferta cultural e o ensino, a qualidade ambiental e a estrutura ecológica, que necessariamente têm que estar articuladas com os concelhos vizinhos.

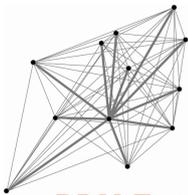
Entendemos assim que este desafio deverá ser colocado a todos numa primeira fase, procurando ganhar/obter um sentido global de rumo materializado em acções duradouras – de longo prazo – devendo por isso adquirir uma participação e um entendimento de consenso o mais alargado possível na sociedade.

A mecânica e inércia própria dos processos resulta, por vezes, no risco real da impossibilidade em tempo útil de cruzar a informação, os sentimentos, as responsabilidades, as competências e as leituras necessárias, diversas e contraditórias, que se impõem.

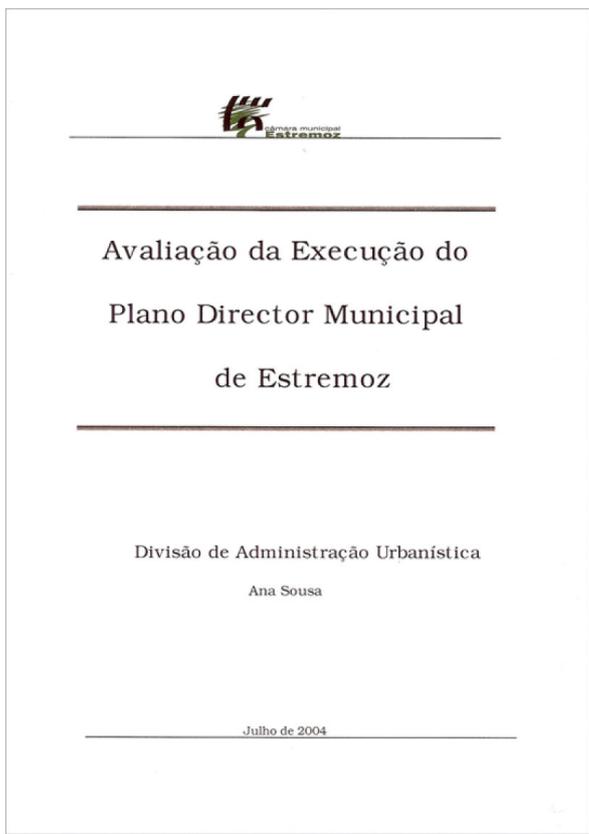
A cidade que aparece por fragmentos, a golpe de oportunidades, deve sempre existir. Os instrumentos devem assim ser flexíveis. Deverá no entanto ser sempre condicionada e orientada por uma ideia de cidade mobilizadora e compreendida por todos.

As Cidades / os Concelhos devem representar esperanças em vez de incertezas.

A “metropolização” das nossas vidas (para além dos pesadelos) deve trazer-nos mais e melhores acessibilidades, alternativas, liberdades, oportunidades, enfim qualidade de vida. É também sobre este potencial que devemos trabalhar.]



2. AVALIAÇÃO PDM'95

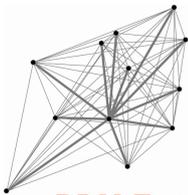


[Análise e Diagnóstico do Concelho de Estremoz
Dados Estatísticos e Outros

[INTRODUÇÃO

O estudo da realidade sócio-económica do concelho de Estremoz consiste, basicamente, num trabalho de análise e diagnóstico do concelho mediante o qual se procede a uma *radiografia* demográfica, social e económica do território.

De facto, para a definição de objectivos e linhas estratégicas de um território, torna-se fundamental conhecer as suas características físicas e sociais, pois só assim se poderão tomar medidas eficazes e ajustadas à realidade desse espaço. Com a elaboração deste relatório pretende-se pois actualizar um conjunto de indicadores que poderão, no futuro próximo, contribuir para a definição de planos de acção.



Com efeito, foi recolhida informação estatística e documental relativa ao concelho em estudo, a partir da qual foram realizados quadros-síntese e gráficos que facilitem uma leitura e interpretação clara dos dados. De um modo geral, tentar-se-á perceber a evolução do concelho nos domínios demográfico, económico, social e urbanístico, enquadrando sempre que possível, o concelho no contexto da região em que este se insere.

A estrutura do relatório é constituída por nove capítulos: Estrutura e Dinâmica Demográfica; Recursos Humanos; Habitação; Actividades Económicas; Infra-estruturas de Apoio às Actividades Económicas; Ensino; Saúde; Cultura, Desporto e Lazer e Ambiente.

Índice

0. Introdução

0.1. Indicadores Gerais do Concelho

0.2. Enquadramento Regional e Divisão Administrativa

1. Demografia

1.1. Caracterização e Dinâmica Demográfica

1.2. Distribuição Espacial da População

1.3. Estrutura da População

1.3.1. Estrutura Etária

1.3.2. Estrutura Por Sexos

1.4. Crescimento Natural da População

1.5. Caracterização das Famílias do Concelho

2. Recursos Humanos

2.1. Caracterização da População Activa Empregada

2.2. Caracterização da População Desempregada

2.3. Taxas de Escolarização por Nível de Ensino

3. Habitação

3.1. Dinâmica Construtiva do Concelho

3.2. Caracterização do Parque Habitacional

3.3. Condições de Habitabilidade

4. Actividades Económicas

4.1. Sector Primário

4.2. Sector Secundário

4.3. Sector Terciário

5. Infraestruturas de Apoio Às Actividades Económicas

5.1. Rede Viária e ferroviária

5.2. Infraestruturas Energéticas

5.3. Telecomunicações

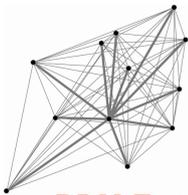
6. Ensino

6.1. Estabelecimentos de Ensino Existentes no Concelho

7. Saúde

8. Cultura, Lazer e Desporto

8.1. Cultura e Lazer



8.2. Desporto

8.3. Despesas do Município com as Actividades Culturais

9. Ambiente

9.1. Abastecimento de Água

9.2. Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

9.3. Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos

9.4. Despesas do Município com o Ambiente

Considerações Finais

Referências Bibliográficas

Índice de Gráficos

Gráfico I - Evolução Demográfica do Concelho (1900 - 2001)

Gráfico II - Evolução Demográfica das Freguesias do Concelho de Estremoz (1940 - 2001)

Gráfico III - Percentagem da População Residente no Aglomerado Urbano de Estremoz e nas Freguesias Rurais em 2001

Gráfico IV - População Residente no Concelho por Grupos Etários (1991/2001)

Gráfico V - Repartição da População do Concelho por Sexos (1981/1991/2001)

Gráfico VI - Pirâmide Etária do Concelho em 2001

Gráfico VII - Dinâmica Demográfica do Concelho (2001)

Gráfico VIII - Dinâmica Demográfica do Concelho (2001)

Gráfico IX - Núcleos Familiares Residentes no Concelho, por Freguesia (2001)

Gráfico X - População Empregada segundo o Ramo de Actividade Económica, no Concelho (1991/2001)

Gráfico XI - População Empregada segundo o Sector de Actividade Económica, (1991/2001)

Gráfico XII - População Empregada segundo o Grupo Etário, no Concelho (2001)

Gráfico XIII - Taxa de Actividade e Taxa de Desemprego no Concelho (1991/2001)

Gráfico XIV - População Desempregada, segundo a Condição de Procura de Emprego, no Concelho (1991/2001)

Gráfico XV - População Desempregada em sentido lato, segundo o Grupo Etário, no Concelho (2001)

Gráfico XVI - População Desempregada segundo o Nível de instrução, no Concelho (1991/2001)

Gráfico XVII - População Residente no Concelho segundo o Nível de Ensino atingido (2001)

Gráfico XVIII - Edifícios Concluídos no Concelho segundo o Uso (2001)

Gráfico XIX - Alojamentos Clássicos e Famílias Clássicas no Concelho (2001)

Gráfico XX - Famílias Clássicas Residentes no Concelho, por Época de Construção dos Alojamentos

Gráfico XXI - Superfície Agrícola Utilizada no Concelho, em 1999

Gráfico XXII - População Residente no Concelho a Frequentar um Nível de Ensino (1991/2001)

Gráfico XXIII - Alunos Matriculados, segundo o Ensino Ministrado, em 2002/2003

Gráfico XXIV - Pessoal Docente, segundo o Ensino Ministrado, em 2002/2003

Gráfico XXV - Despesas do Município de Estremoz com Actividades Culturais (2002)

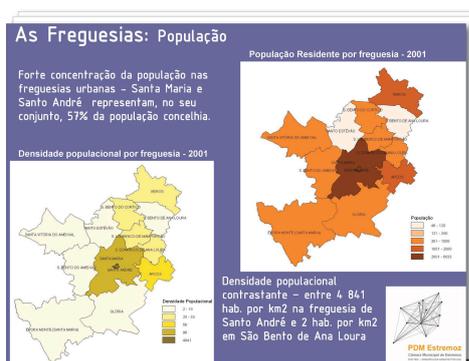
Gráfico XXVI - Despesas do Município de Estremoz com o Ambiente (2002)



Índice de Quadros

- Quadro 1 - População Residente e Densidade Populacional por Freguesia (2001)
- Quadro 2 - Taxa de Variação da População no Concelho de Estremoz
- Quadro 3 - População Residente no Concelho, por Lugares (2001)
- Quadro 4 - População Residente por Grupos Etários (1991 e 2001)
- Quadro 5 - Índices relativos à Estrutura da População
- Quadro 6 - Famílias Clássicas segundo a Dimensão no Concelho
- Quadro 7 - Famílias Clássicas, segundo o Tipo de Família na Base da Estrutura Etária dos seus Membros e Número de Crianças
- Quadro 8 - População Economicamente Activa e Empregada
- Quadro 9 - População Empregada segundo o Sector de Actividade Económica
- Quadro 10 - População Empregada segundo o Grupo de Profissões
- Quadro 11 - População Empregada no Concelho, segundo a Situação na Profissão
- Quadro 12 - População Desempregada, segundo o Sexo
- Quadro 13 - Edifícios Licenciados e Concluídos; Indicadores de Licenciamento de Construções Novas para Habitação em 2001
- Quadro 14 - Tipos de Alojamento no concelho em 2001
- Quadro 15 - Forma de Ocupação dos Alojamentos no Concelho entre 1981 e 2001
- Quadro 16 - Alojamentos Clássicos segundo a forma de ocupação no concelho, em 2001
- Quadro 17 - Alojamentos Clássicos ocupados como residência habitual, segundo o número de divisões
- Quadro 18 - Índice de Lotação dos Alojamentos Clássicos, ocupados como Residência Habitual
- Quadro 19 - Indicadores de Ocupação dos Alojamentos do Concelho em 2001
- Quadro 20 - Alojamentos Clássicos, por Época de Construção do Edifício, no Concelho
- Quadro 21 - Edifícios, segundo a Época de Construção, por Estado de Conservação, no concelho (2001)
- Quadro 22 - Alojamentos Familiares, ocupados como Residência Habitual, segundo Instalações Existentes no Concelho, em 2001
- Quadro 23 - Alojamentos Familiares, ocupados como Residência Habitual, segundo Instalações Existentes em 2001
- Quadro 24 - Sector Primário (2001)
- Quadro 25 - Características da Actividade Agrícola no Concelho (1999)
- Quadro 26 - Sector Secundário (2001)
- Quadro 27 - Indústria Transformadora (2001) Quadro 28 - Sector Terciário (2001)
- Quadro 29 - Indicadores Hoteleiros (2002)
- Quadro 30 - Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar no Concelho de Estremoz
- Quadro 31 - Estabelecimentos do Primeiro Ciclo no Concelho de Estremoz
- Quadro 32 - Principais Equipamentos de Cultura e Lazer do Concelho
- Quadro 33- Património Construído do Concelho
- Quadro 34- Equipamentos Desportivos Existentes no Concelho
- Quadro 35 - Drenagem e Tratamento de Águas Residuais no Concelho de Estremoz (2002)
- Quadro 36 - Recolha e Reciclagem de Resíduos Sólidos Urbanos no Concelho de Estremoz (2002)]

3. SEMINÁRIO – SESSÃO PÚBLICA DE REFLEXÃO



população do concelho: 1900-15.000 1950-25.000 2001-15.000
 Freg. Sto André: 1950 - 6.300 2001 - 3.000
 O número de idosos (+65) é mais do dobro q os jovens (0-15)
 1991/ 2001 população idosa cresceu + de 25%
 Índice de poder de compra superior à média nacional

o modelo tradicional assente em hierarquias bem definidas e em espaços, problemas e fronteiras bem determinadas como os limites administrativos dos concelhos (por exemplo), é agora progressivamente substituído por uma nova sociedade em rede, sem espaço pré-definido, instantânea e global, assente numa tecnologia nova e revolucionária: a Internet.

a dimensão dos problemas, das necessidades, da capacidade de resposta, já ultrapassaram em muito as fronteiras do concelho, vide o caso da interdependência de muitas resoluções como os transportes, as redes viárias, o emprego, o parque habitacional, o saneamento, o abastecimento de água, a oferta cultural e o ensino, a qualidade ambiental e a estrutura ecológica. Implicam necessariamente articulação e parcerias diversas (inter concelhos, regiões, instituições, privados etc.)

desígnio: Estremoz 2020

[Em anexo ao presente documento encontra-se a apresentação efectuada e de seguida sintetizam-se as principais questões colocadas bem como a apreciação do resultado do seminário.

O seminário foi organizado em 3 partes, tendo por base os elementos já recolhidos e as análises prévias desenvolvidas pelo Consórcio nas reuniões entretanto realizadas:

- Parte I – Apresentação / objectivos
- Parte II - Caracterização da situação actual
- Parte III – Questões em debate



A **Parte I** baseou-se essencialmente na apresentação dos objectivos da revisão do PDM.

Na **Parte II** - Caracterização da Situação Actual - pretendeu-se apresentar uma “fotografia do concelho” relativamente a um conjunto de indicadores sócio económicos e urbanísticos que permitem retirar um conjunto de conclusões face à situação actual do concelho, designadamente:

- Com 15 672 habitantes em 2001, o concelho de Estremoz representa cerca de 9% da população residente no Alentejo Central, sendo que o concelho de Évora concentra 32% da população daquela sub-região.
- A população de Estremoz apresenta um nível de envelhecimento superior às restantes regiões.
- As freguesias de Santa Maria e de Santo André concentram cerca de 57% da população (correspondente a 9.011 habitantes).
- A distribuição da população activa, do concelho de Estremoz, por sector de actividade revela que em 2001 cerca de 61% da população activa se encontrava associada ao sector terciário, sendo que os dois restantes sectores têm vindo a ver os seus quantitativos a diminuir, correspondendo a cerca de 14% e 25% respectivamente.
- Os equipamentos e locais de emprego concentram-se no aglomerado urbano de Estremoz.
- A análise dos indicadores relativos aos edifícios e fogos licenciados revelam:
 - Destaque da freguesia de Santa Maria (em número de edifícios e de fogos).
 - Destaque para Arcos, S. Bento do Cortiço, Santo André, S. Lourenço de Mamporcão, em número de fogos.
 - Destaque para Veiros que embora constitua a 3ª maior freguesia apenas registou 8 fogos licenciados.
 - Concelho não cresceu de forma homogénea no espaço e no tempo.
 - Destaque para Santa Maria – freguesia que registou maior preenchimento da área urbanizável.
 - As Freguesias rurais encontram-se praticamente estagnadas (excepto Arcos e S. Bento do Cortiço).
 - Santo André – parque habitacional obsoleto.
- Assistiu-se ao reforço da importância do aglomerado de Estremoz (Sta Maria – pólo residencial e Sto André como centro de comércio e serviços) em simultâneo com a estagnação das freguesias rurais).
- Alojamentos secundários com maior peso nas freguesias rurais (exemplo Glória com 42,5% de alojamentos sazonais).



- Identificado como um dos principais problemas a inexistência de sistemas de saneamento básico, desde a aprovação do PDM de Estremoz, os níveis de infra-estruturação mantiveram-se praticamente inalteráveis.
- Dinâmica urbanística muito fraca – áreas urbanizáveis praticamente inalteradas.
- O concelho de Estremoz apresenta uma situação privilegiada em termos de acessibilidades: é servido pela Auto-estrada do Sul (A6), que, integrando o IP7 (Lisboa-Caia), a via de atravessamento transversal do País e de ligação Lisboa e a Fronteira do Caia.

Por fim, **na Parte III** foram apresentados um conjunto de Temas para debate que pretenderam suscitar por parte da audiência comentários e participações a selecção dos temas em debate resultou, tal como já mencionado, do levantamento entretanto realizado pelo consórcio:

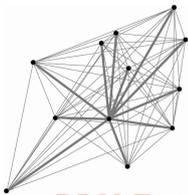
Enquadramento nacional: PROT, PNPOT, POLISXXI, QREN, ENDS

Enquadramento regional, escala regional, interdependências – que posição no quadro regional, equipamentos serviços de âmbito intermunicipal

- Atractividade do concelho, capacidade polarizadora (Elvas Portalegre Évora)
- Competitividade e ambição regional e nacional (vantagens comparativas)
- Importância da cidade no concelho

Modelo territorial (mudança de paradigmas)

- participação / Web 2.0 / política / entropia / massa critica / universidade
- concelho / inter municipalidade (fusão/complementaridade concelhos/freguesias)
- densidade / dispersão (quintinhas; urbano-rural) concentração / extensão
- peri-urbano - urbanização extensiva (território não estruturado) / rural - muito baixa densidade (salvaguarda dos recursos e infra-estruturas)
- rural / urbano
- espaços verdes / estrutura ecológica urbana
- 'monumentos' / carta do património
- grandes investimentos (circular; terminal rodoviário; biblioteca; ..) / infra-estruturas / infra-estruturas básica - saneamento básico
- casais jovens - 'lotes para moradias individuais' / opções multifamiliares: aumento da oferta de solo urbano habitacional (cidade e povoações rurais)
- vocação: industrial / serviços
- actividade primário / terciário
- atractividade / competitividade (oferta solos actividades terciárias e industriais)
- mundo rural / agricultura biológica / sustentabilidade
- recursos: ambiente, património, produtos da terra, identidade local e regional
- artesanato / design industrial



- reconhecimento (interno e externo) marketing territorial (marca)

Após a apresentação iniciou-se o período de debate, do qual se podem retirar os seguintes apontamentos:

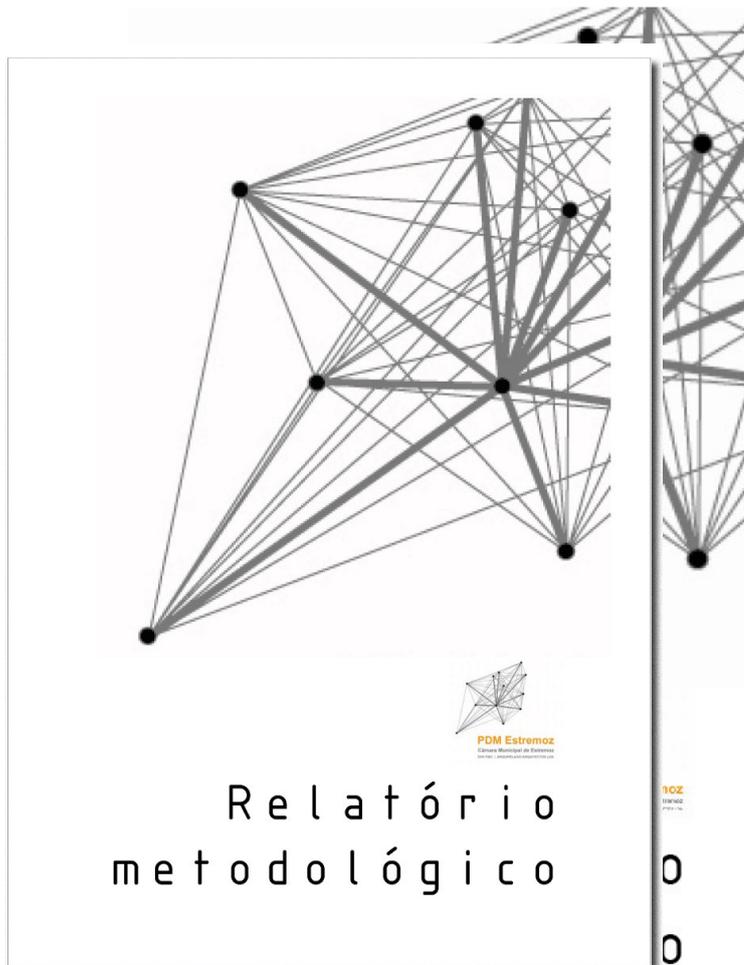
- Necessidade de o PDM ser desenvolvido por equipa multidisciplinar.
- Irrelevância do facto de o traçado da RAVE face às distâncias entre estações.
- Necessidade de o plano não funcionar apenas como regulamento administrativo (impondo regras) mas sim funcionar como um verdadeiro plano de desenvolvimento para o município.
- O PDM actual apresenta constrangimentos que determinam que as populações não se fixem, foi efectuado sem ter em linha de conta o cadastro.
- Não deve ser encarada a perspectiva de que nada há a fazer nas freguesias rurais para ir contra o seu despovoamento.
- É na manutenção das freguesias rurais que reside a identidade de Estremoz
- O envelhecimento/desertificação não será uma situação cuja inversão depende apenas da revisão do PDM, a capacidade financeira quer dos privados quer do município constitui igualmente um obstáculo.
- Saneamento básico: factor de estrangulamento.
- Turismo: área com grande potencial
- Caracterização da actividade económica tendo em conta os estabelecimentos (os que abriram, os que encerraram) os projectos prioritários, as áreas em que ocorreu maior investimento.
- A omissão no debate do tema relativo à actividade extractiva associada aos mármore, quer seja na componente social, económica ou ambiental.

Em resumo, a realização do seminário permitiu ao consórcio proceder à “validação” de algumas das questões que foram sendo identificadas quer ao longo das várias reuniões realizadas previamente quer da percepção que foi tendo do território no âmbito do reconhecimento de campo e que consistem:

- Na importância das freguesias rurais e da manutenção da sua vitalidade como facto de identificação do município;
- Na urgente necessidade de dotar o município de um eficiente sistema de drenagem e tratamento de águas residuais.]



4.



Relatório Metodológico Preliminar para o desenvolvimento dos trabalhos relativos à revisão do PDM de Estremoz.

Neste documento é apresentada a metodologia a desenvolver para a concretização da Fase 1 – Análise e Diagnóstico - no que concerne aos elementos a produzir, sendo igualmente apresentado o ponto da situação relativamente aos elementos já fornecidos pelo município focando principalmente os constrangimentos associados aos mesmos.



O arranque dos trabalhos deu-se no passado dia 3 de Abril com a realização de uma reunião para a apresentação dos coordenadores da equipa e da abordagem preconizada para a realização dos trabalhos ao executivo e aos serviços técnicos do município, seguiram-se um conjunto de reuniões com os serviços da Câmara Municipal (corpo técnico da autarquia), com a Assembleia Municipal e com as várias juntas de freguesia que culminaram com a realização de um seminário de reflexão que se realizou no passado dia 18 de Junho.

O trabalho já desenvolvido permitiu a definição de um programa metodológico ajustado à realidade do município.

Enquadramento

O modelo tradicional assente em hierarquias bem definidas e em espaços, problemas, e fronteiras bem determinadas, como os limites administrativos dos concelhos (por exemplo), é agora progressivamente substituído por uma nova sociedade em rede, sem espaço pré-definido, instantânea e global, assente em novas tecnologia das quais se destaca a Internet.

A dimensão dos problemas, das necessidades, da capacidade de resposta, já ultrapassaram em muito as fronteiras do concelho, vide o caso da interdependência de muitas resoluções como os transportes, as redes viárias, o emprego, a competitividade, o parque habitacional, o saneamento, o abastecimento de água, a oferta cultural e o ensino, a qualidade ambiental e a estrutura ecológica.

Neste sentido importa conhecer e considerar diferentes escalas e parcerias de relação com o território.

Nacional

Assim tendo em conta os objectivos definidos para este Plano e face à excepcional evidência de documentos de referência nesta área de âmbito nacional considerámos relevante vir a integrar no âmbito da próxima fase os conteúdos e orientações estratégicas de escala nacional mais focalizadas nesta região e no concelho de Estremoz.

Procura-se assim melhor definir uma estratégia integrada e 'alinhada' a um modelo de desenvolvimento territorial e social capaz de definir prioridades concretas, acções transversais e sinalizar caminhos e oportunidades a médio prazo (Estremoz 2020).

Serão assim considerados na fase seguinte, entre outros, os seguintes documentos: ENDS; PNPOT; QREN e POLIS XXI, que aqui se expõem de forma sucinta:



Regional

A escala regional merecerá particular destaque nomeadamente quanto à análise das interdependências, equipamentos, vias de comunicação, serviços, competitividade e ambição regional, assim como, na avaliação da atractividade do concelho, da sua capacidade polarizadora face à 'concorrência' próxima e mais afastada, Elvas e Évora por exemplo.

Para além de outros documentos atribuir-se-á grande relevância ao Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região Alentejo (PROT-Alentejo) actualmente em curso.

Aí são definidas as respectivas redes urbanas regionais, clarificado o papel diferenciado que poderá ser desempenhado pelos diversos centros urbanos e identificados os espaços de relações que possam dar origem à estruturação de sistemas urbanos sub-regionais ou configurar cidades-região

Sistema biofísico e ambiental

Principais abordagens:

- Síntese Fisiográfica (declives, festos, talvegues, rede hidrográfica, Exposições hipsometria);
- Paisagem e Património Natural (valores paisagísticos e patrimoniais; qualidade visual da paisagem – elementos com efeito positivo e intrusões visuais; delimitação de unidades territoriais homogéneas);
- Ocupação Actual do Solo;
- Análise da Reserva Agrícola Nacional;
- Análise da Reserva Ecológica Nacional;
- Estrutura ecológica municipal

Elementos em falta para a análise:

Ocupação actual do solo: A cartografia remetida (cartografia multicodificado do IPCC) não foi correctamente convertida pela Associação de Municípios do Distrito de Évora (AMDE).

Síntese fisiográfica: Já foi disponibilizada a altimetria e a hidrografia à escala 1:10.000.

REN: Já foi disponibilizada a versão actual em shapefile.

RAN: ainda não foi fornecida a versão actual em formato digital.



Sistema Sócio-Económico

Sistema Sócio-Económico: análise da dinâmica demográfica e socio-económica da população, das actividades económicas, e particularmente do sector turístico.

Demografia

- Enquadramento Regional
- Evolução Demográfica
- Distribuição Espacial da População
- Crescimento Natural e Efectivo
- Estrutura da População
- Projecções Demográficas
- Considerações Finais

Quadro social e recursos humanos

- Nível Educacional da População
- Características Sócio-Profissionais da População
- Formação Profissional

Actividades económicas

- Estrutura Empresarial
- Agricultura e Pecuária
- Industria Extractiva
- Indústria Transformadora
- Sector Terciário
- Sector do Turismo

Elementos para a análise

No que concerne aos elementos de base para esta análise, o Consórcio possui já um vasto conjunto de elementos, designadamente aqueles com constam nos vários documentos produzidos pela Câmara Municipal como é o caso dos documentos relativos à avaliação do PDM em vigor.

É ainda no entanto necessário reunir, junto das entidades competentes, um conjunto de elementos que pretendem caracterizar de uma forma mais detalhada a actividade económica como é o caso do número de adegas que abriram nos últimos anos, do número de pedidos de licenciamento de actividades turísticas, bem como elementos mais concretos relativos à industria extractiva.



Sistema acessibilidades, equipamentos e infraestruturas

- Acessibilidades (rede viária existente e prevista)
- Equipamentos (equipamentos existentes e previstos)
- Infra-estruturas (infra-estruturas de abastecimento e saneamento)

Elementos em falta para a análise:

No que concerne a elementos de base para este sistema serão determinantes, para as opções de ordenamento, a definição de duas propostas que estão actualmente em análise:

- A ligação da A6 ao IP2, actualmente em processo de AIA;
- A definição do traçado definitivo da variante a Estremoz (o traçado previsto actualmente atravessa o parque industrial e o parque de feiras).

Neste sistema deve ainda ser mencionada a questão das zonas industriais designadamente a zona industrial de Estremoz que actualmente não dá resposta às actuais necessidades, designadamente o facto de não permitir a ocupação por serviços, e a zona industrial dos Arcos cujos problemas da sua operacionalidade se situam por um lado na necessidade de investimento municipal para a obtenção de terrenos e por outro na necessidade de rever a delimitação dos lotes por forma a tornar aquele espaço mais flexível às necessidades.

Sistema Urbano

- Análise do Sistema Urbano do Concelho
- Análise Urbanística
- Habitação e condições de habitabilidade
- Caracterização do Parque Habitacional
- Avaliação das Carências Habitacionais no Concelho
- Hierarquia urbana e áreas de influência,
- Caracterização do Mercado Imobiliário

Sistema Cultural

O sistema cultural será sempre entendido em sentido lato, integrado e transversal.

Visa definir uma política de património única contemplando e enquadrando todas as manifestações e factores de identidade do concelho quer sejam de âmbito popular ou erudito de carácter efémero ou perene de natureza intangível ou física.

Procura assegurar o património como recurso e valor, salvaguardando exemplarmente as suas 'naturezas' originais, mas também como factor de inspiração e mudança, ou seja de progresso.



Assim, tendo como objectivo final a Carta de Património, a integrar nos elementos fundamentais do Plano, a próxima fase contemplará já um levantamento sumário e um quadro preliminar estratégico de integração destes valores (arquitectónicos, arqueológicos, urbanísticos e paisagísticos - naturais) numa política geral de ordenamento.

Essa política contempla por um lado uma filosofia e objectivos concretos de salvaguarda e por outro a valorização e o desenvolvimento do concelho, associando o património cultural intrinsecamente aos valores naturais e ambientais em articulação com as dinâmicas sociais e económicas.

É disso exemplo:

A Paisagem, factor de identidade do Alentejo e em particular do concelho de Estremoz. O plantio de extensos vinhedos, a renovação e expansão do olival assim como a salvaguarda do montado implicam necessariamente uma atenção especial na definição de políticas concertadas entre a salvaguarda de factores únicos da identidade patrimonial e outras dinâmicas do concelho como a expansão urbana, a rede viária, ou a localização competitiva de equipamentos e/ou infraestruturas (públicas, comerciais, industriais, etc.);

A recuperação de imóveis e espaços públicos, assim como a de habitação, não poderá estar dissociada da promoção do comércio tradicional e da recuperação e restauro do património classificado ou de conjuntos urbanos assim como estes do sistema de mobilidade (automóveis e peões) e de estacionamento;

As acções de carácter educativo e cultural (com relevância para a programação da notável rede de museus) deverão integrar a promoção do património histórico, da cultura arquitectónica, urbana e paisagística;

O desenvolvimento sustentável das actividades turísticas significa compatibilizar a protecção e valorização do património rural, natural e cultural com a afirmação de produtos turísticos diferenciados.

Pré Proposta - Quadro Prévio de Ordenamento

Esta etapa, a última etapa da Fase 1, corresponde ao desenvolvimento da Pré proposta - Quadro Prévio de Ordenamento, iniciando-se também elaboração das peças fundamentais do Plano.



Com base na análise e no diagnóstico será elaborado o Modelo de Desenvolvimento do Concelho, contemplando as grandes opções de desenvolvimento, os objectivos estratégicos e os vectores de intervenção nos próximos 10 anos.

O Modelo de Desenvolvimento do Concelho fornecerá as bases de definição do Quadro Prévio de Ordenamento, que consistirá numa espacialização da estratégia e representação dos elementos estruturantes do território, em particular no que respeita a:

- Hierarquia urbana.
- Rede viária estruturante.
- Espaços urbanos e de expansão urbana (perímetros urbanos).
- Definição de espaços industriais.
- Localização de equipamentos colectivos.
- Redes e sistemas de abastecimento e saneamento.
- Fomento e dinamização de espaços agrícolas.
- Ordenamento florestal.
- Estrutura ecológica.
- Condicionamentos ao uso do solo.
- Valores a salvaguardar.

Esta fase é determinante na medida em que é aqui que se procede:

- À redefinição das estratégias de desenvolvimento concelhio identificando aptidões e potencialidades;
- À definição de opções estratégicas e o novo modelo de organização do território (essencialmente face aos novos projectos estruturantes para o concelho);
- À definição da estratégia no domínio do turismo.

O desenvolvimento do Quadro Prévio de Ordenamento pressupõe já um primeiro exercício sobre a delimitação dos perímetros urbanos. Nesta fase, serão também sistematizados e cartografados os Condicionamentos ao Uso do Solo, os quais respeitam, entre outras restrições e servidões de utilidade pública, as propostas de delimitação da RAN e REN, revistas e com exclusão das áreas a comprometer para outros usos, cuja desafectação deve ser submetida à aprovação pelas entidades responsáveis.

Este Quadro Prévio de Ordenamento, devidamente antecedido da Avaliação da Execução do PDM em vigor, e da Análise e Diagnóstico, constituirá o Relatório da Fase1.

Ainda nesta fase, serão elaboradas as Bases Normativas do Regulamento, que consistirão numa primeira aproximação ao Regulamento do Plano, com a definição da



sua estrutura e um esboço das disposições relacionadas com obras de urbanização, implantação e dimensionamento dos edifícios, usos e características arquitectónicas.

Estes elementos devem, então, acompanhar o Relatório da Fase 1, a ser colocado à apreciação e validação por parte da Câmara Municipal de Estremoz e da Comissão Mista de Coordenação.